

038/1.18.0000384-8 (CNPJ:.0000863-50.2018.8.21.0038)

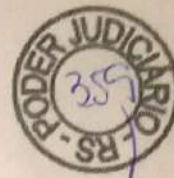
Vistos.

Trata-se de analisar pedido de recuperação judicial formulado por MECÂNICA COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 98.510.910/0001-19, com sede na BR 116, nº 8.523, Bairro Jardim dos Pampas, em Vacaria/RS, CEP 95200-000.

Compulsando os autos, verifico que a parte autora atendeu aos requisitos para processamento do pleito de recuperação judicial, tendo procedido à instrução da inicial com a documentação elencada pelo art. 51, da Lei nº 11.101/2005, qual seja:

- a) a exposição das causas concretas da situação patrimonial da devedora e das razões da crise econômico-financeira;
- b) as demonstrações contábeis relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais;
- c) a relação nominal completa dos credores, com a indicação do endereço de cada um, a natureza, a classificação e o valor atualizado do crédito;
- d) a relação integral dos empregados;
- e) certidão de regularidade da devedora no Registro Público de Empresas, o ato constitutivo atualizado e as atas de nomeação dos atuais administradores;
- f) a relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores da devedora;

038/1.18.0000384-8 (CNPJ:.0000863-50.2018.8.21.0038)



g) os extratos atualizados das contas bancárias da devedora e de suas eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, emitidos pelas respectivas instituições financeiras;

h) certidões dos cartórios de protestos situados na comarca do domicílio ou sede da devedora e naquelas onde possui filial;

i) a relação, subscrita pela devedora, de todas as ações judiciais em que esta figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados.

Assim, presentes os pressupostos dos arts. 48 e 51, da Lei nº 11.101/2005, reunidas as condições exigidas pela Lei de Recuperação Judicial, DEFIRO O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL da pessoa jurídica MECÂNICA COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA. - observando que dispõe a devedora do direito subjetivo ao processamento do pedido, restando a análise de sua concessão para momento posterior à fase deliberativa, oportunidade em que será realizada a análise da documentação apresentada - e, a teor do disposto no art. 52, do referido diploma legal, determino o que segue:

1) Nomeio administrador judicial Cristiano Antunes Rech (Rua Martinho Lutero, nº 90, CEP: 88804-470, fone: (48) 3433-9078, e-mail: cristiano@fncadvocaciaempresarial.com.br), que deverá ser intimado a prestar compromisso em 24 horas, bem assim, de todos os atos processuais;

2) Dispensar a apresentação de certidões negativas para que a devedora exerça suas atividades, com as ressalvas previstas no dispositivo supramencionado;

3) Suspendo, pelo prazo de 180 dias úteis, a contar da presente data, todas as ações e execuções contra a devedora, por dívidas



sujeitas aos efeitos da recuperação judicial, permanecendo os respectivos autos no juízo onde se processam, ressalvadas as ações previstas nos §§ 1º, 2º e 7º do art. 6º da Lei nº 11.101/2005 e as relativas a créditos excetuados na forma dos §§ 3º e 4º, do art. 49, da referida Lei;

4) Suspendo o curso dos prazos prescricionais das ações e execuções propostas contra a devedora, pelo prazo improrrogável de 180 dias úteis, com fulcro no art. 6º, § 4º, da Lei nº 11.101/2005;

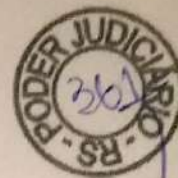
5) Determino à devedora a apresentação mensal de contas demonstrativas, enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores;

6) Comunique-se às Fazendas Públicas quanto ao deferimento do processamento do presente pedido de recuperação judicial, oportunizando-se, após, vista ao Ministério Público;

7) Expeça-se o edital previsto no art. 52, § 1º, da Lei nº 11.101/2005, com a advertência constante do inciso III, do referido dispositivo legal. O prazo para habilitação ou divergência quanto aos créditos relacionados pela devedora é de 15 dias úteis, a contar da publicação do instrumento;

8) Oficie-se à Junta Comercial (Jucergs), para a providência de que trata o art. 69, parágrafo único, da Lei nº 11.101/2005;

9) A autora deverá apresentar, no prazo de 60 dias úteis, a contar da publicação desta decisão, plano de recuperação, com observância ao contido nos arts. 53 e 54 da Lei nº 11.101/2005, sob pena de convolação da recuperação judicial em falência;



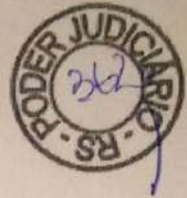
10) As habilitações de crédito protocolizadas em juízo deverão ser desentranhadas e cadastradas como incidentes, independentemente de despacho, cabendo ao Cartório, oportunamente, lançar o valor das custas e proceder à respectiva intimação para recolhimento;

11) Nos termos do art. 69, da Lei nº 11.101/2005, a autora deverá acrescer a expressão "em Recuperação Judicial" (MECÂNICA COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA. em Recuperação Judicial);

12) Oficie-se à Presidência e à Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS), assim como às Corregedorias do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) e do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, com cópia da presente decisão, informando a suspensão das ações nos termos expostos, com a solicitação de comunicação às respectivas serventias judiciais subordinadas, no sentido de inexistência de Juízo Indivisível, mantido o processamento dos feitos perante o Juízo Natural da causa, devendo apenas haver a necessária comunicação ao Juízo da Recuperação nos casos de atos que visem futura expropriação ou restrição de bens da devedora, mesmo após o decurso do período de suspensão;

13) Retifique-se a autuação do feito, para que passe a constar MECÂNICA COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA. em Recuperação Judicial;

14) Diante do deferimento do processamento do pedido de recuperação judicial, oficie-se à 4ª Vara do Trabalho da Comarca de Passo Fundo/RS, com urgência, nos termos postulados na fl. 36, item "b", subitem "b.1", para sustação dos leilões aprazados nos autos da



reclamatória trabalhista sob nº 0020550-69.20165.04.0664, em que a ora autora figura como reclamada.

15) Intimem-se, inclusive o Ministério Público.

Dil. Legais.

Vacaria, 07/03/2018.

Mauro Freitas da Silva,
Juiz de Direito.